

Governo muda forma de pagar gastos públicos a fim de evitar ‘pedaladas’

GABRIELA VALENTE

O governo mudará a forma de pagamento dos gastos públicos para evitar maquiagem das contas, as chamadas "pedaladas fiscais". Os pagamentos serão automáticos. As ordens serão efetivadas no mesmo dia, como se fossem uma TED (transferência eletrônica). Isso deve impedir atraso nos gastos. Também evitará que os resultados de um ano não reflitam exatamente o que ocorreu no período.

Atualmente, os pagamentos demoram até sete dias para serem efetivados. A partir de 2 de janeiro, serão feitos no mesmo dia. Para isso, foram necessárias apenas alterações operacionais. Não foi preciso mexer em leis. —Não vai ter mais

discrepância de ordem bancária e pagamento. O maior benefício é a transparência —afirmou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

A medida estava em estudo desde o primeiro semestre, mas só foi apresentada agora. O Tesouro manteve as discussões em sigilo para evitar pressão política por aumento de gastos este ano. Isso porque a ordem de pagamento da folha e de benefícios de dezembro será feita apenas em janeiro.

Com isso, será aberto um espaço contábil de R\$ 33 bilhões no teto de gastos este ano. Como será apenas uma mudança contábil e não aumento de caixa, o governo não queria que houvesse demanda por mais despesas.

Sistema S pode deixar de ter repasse obrigatório sob Guedes

Futuro secretário da Receita diz que intenção não é cortar recursos, mas desonerar empresas

Mariana Carneiro

Brasília - A equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda acabar com a obrigatoriedade de pagamento ao Sistema S pelas empresas. A ideia é retirar a contribuição da lista de recolhimentos compulsórios que incidem sobre a folha de salários.

O futuro secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que o objetivo é baixar os custos de contratação para gerar empregos.

"O custo da folha [de pagamentos] é onerado em 20% de contribuição patronal para o INSS e mais cerca de 6,5% do Sistema S. É esse estudo que está sendo objeto agora de avaliação, porque o principal objetivo é gerar empregos, fazer a folha de salários ser menos onerada", disse Cintra.

"Não existe política mais regressiva do que tributar o salário, que acaba resultando em 13 milhões

de desempregados no país, fora a economia informal", afirmou.

Na segunda-feira (18), Guedes disse, na Firjan (federação das indústrias do Rio), que pretende "meter a faca" no Sistema S.

A declaração levou a interpretações de que o governo poderia estar interessado em ficar com os recursos, hoje destinados a entidades como Sesc e Senai, para financiar políticas próprias de capacitação. O Sistema S é um dos principais financiadores dos programas do Senai e também banca a rede Sesc. São recolhidos cerca de R\$ 20 bilhões por ano, segundo o secretário.

Para Cintra, não se trata de tomar para o governo o recurso que vai para o Sistema S, mas desonerar empresas.

"É simplesmente que o setor privado possa dispor desses recursos voluntariamente em um programa que lhe seja de melhor proveito, não necessariamente obrigando que esses recursos sejam depositados no governo e o governo seja o repassador para as entidades

que prestam esse serviço", afirmou Cintra.

"Se as empresas acreditam que é um sistema bom, ela vai poder fazer isso, pagando menos ao governo que faz a intermediação e diretamente financiando os serviços através de empresas privadas, onde quiser."

Segundo Cintra, a equipe está trabalhando nos estudos.

"Estamos trabalhando nisso e até meados de janeiro vamos ter uma definição sobre que linha adotar, que percentual do ônus sobre a folha de salários será reduzido. Esperamos que gere impacto de emprego positivo", disse.

Acrescentou que o estudo não se concentra apenas no Sistema S, mas também testa a viabilidade de retirar contribuições que incidem sobre a parcela paga ao trabalhador.

"Poderá haver uma substituição de fontes. Estamos fazendo substituição", afirmou, referindo-se provavelmente à retirada de tributos que incidem sobre os salários e elevando outros que incidem sobre outros pagamentos.

Entidades veem risco de fechamento de escolas e cortes

São paulo Entidades que fazem parte do Sistema S reagiram à perspectiva de corte citada pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) calculam que uma redução de 30% nos recursos do sistema representaria um corte de 1,1 milhão de vagas em cursos profissionais oferecidos pelo Senai por ano, além do fechamento de 162 escolas de formação profissional da entidade.

Entre outros impactos, as entidades calculam um corte de 498 mil vagas para alunos do ensino básico ou na educação de jovens e adultos do Sesi.

Edivaldo Del Grande, presidente do Sescop/SP (Serviço de Aprendizagem do Cooperativismo), manifestou preocupação com o resultado das cooperativas.

Em nota, o Sest/Senat (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) afirmou que "a qualidade de vida" dos trabalhadores do transporte está "diretamente ligada" à entidade, que atua na qualificação de motoristas.

O MDB Nacional disse, por meio de sua conta no Twitter, que "é um desserviço e prejuízo ao futuro do país desmantelar o que vem dando certo".

As reações se opõem às ponderações do presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, que disse ser possível manter o Sistema S atuante mesmo com cortes.

Afif, que será assessor especial de Guedes no governo Jair Bolsonaro, diz ser positivo para o mercado de trabalho diminuir os custos que incidem sobre a folha de pagamento.

Para lidar com reduções de receita, o Sebrae teria de elevar sua eficiência, segundo Afif, concentrando suas atividades em ações que promovam o acesso dos pequenos negócios a mercado e a crédito.

O Sistema S, criado nos anos 1940, pode ser modernizado, segundo Afif, que sugere a busca por uma atuação mais articulada entre as instituições.

Filipe Oliveira e Joana Cunha

A facada de Bolsonaro no Sistema S

VINICIUS TORRES FREIRE

O Sesc de São Paulo gastou em atividades culturais o equivalente a dois terços da despesa do Ministério da Cultura em 2017. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, quer enfiar a faca no Sistema S, do qual o Sesc, o Serviço Social do Comércio, faz parte.

Pessoas que trabalham no ramo já sentiam a faca no pescoço com a eleição de um presidente em geral avesso à cultura. O pânico aumentou. Mas a ameaça de desmonte do Sistema S leva o conflito muito além.

O plano bolsonarista ameaça desde as finanças da Confederação Nacional da Indústria até centenas de milhares de empregados nos serviços sociais do empresariado, passando por centenas de milhares de crianças matriculadas nas escolas de educação básica do sistema, para nem falar dos estudantes dos centros de formação técnica. O "plano S" de Bolsonaro deve criar encrenca política.

Guedes sugeriu que a facada pode chegar a 50% das receitas do Sistema S, composto também de Senac, Sesi, Senai, quase uma dúzia de "Ss". Seu futuro secretário da Receita, Marcos Cintra, diz que estuda o fim da contribuição obrigatória para o sistema.

Esses serviços sociais autônomos

começaram a ser criados na ditadura de Getúlio Vargas, anos 1940, a fim de financiar o treinamento profissional. Empresas têm de contribuir para o sistema com até 2,5% do que gastam em folha de salários.

O dinheiro não vai para o caixa do governo, não passa pelo Orçamento, pelo Congresso. Fica com as confederações patronais de indústria, comércio, transporte, pequenas e médias empresas etc.

É uma espécie de imposto sob administração privada. A arrecadação para o Sistema S equivale a 0,3% do PIB (o Bolsa Família gasta 0,45% do PIB, por exemplo); a 3,4% de tudo que se arrecada no país com impostos sobre folha de salários.

Economistas não gostam do esquema. O custo em termos de preços mais elevados de produtos, além da perda de produção e de emprego, recai sobre a sociedade em geral. Os benefícios diretos ficam com quem usa o sistema de educação, assistência médica e social, lazer, esporte, turismo, treinamento, educação (e com líderes políticos do empresariado, para quem o Sistema S é fonte de poder).

O que fazer? Para economistas-padrão, o destino do dinheiro deve ser discutido pelo Congresso ou,

simplesmente, o tributo deve ser gradualmente extinto: quem quiser que banque diretamente as despesas do "sistema". Não é simples assim, embora o argumento dos economistas faça sentido, em tese e teoria.

Uma prioridade de Guedes é reduzir a carga tributária das empresas, de impostos sobre a folha de salários em particular, cortando mesmo contribuições para Previdência e FGTS, que seriam compensadas por outros impostos.

Acha que, assim, vai baratear a criação de empregos e, de quebra, diminuir a resistência de empresários contra a abertura comercial (a redução de impostos sobre produtos importados, o que submeteria as empresas nacionais a concorrência mais intensa).

A discussão do Sistema S não cabe nem de longe em uma coluna. Por ora, trata-se aqui de observar que o Sistema S é enorme, afeta milhões de pessoas e é (ou era) bem articulado no Congresso. Envolve gente capaz de fazer barulho, como a classe média das cidades maiores, os povos da cultura e o empresariado mais político.

Em suma, Guedes se prepara para sua batalha crucial, a da Previdência, fazendo inimigos por toda a parte e ao mesmo tempo.

Sem quórum, votação do Orçamento é adiada

Se votação não for concluída este ano, parlamentares eleitos não poderão alterar proposta orçamentária

O presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira, suspendeu ontem a sessão que poderia votar o Orçamento de 2019. Embora 50 senadores tivessem registrado presença, não havia quórum de deputados para dar início às votações. A retomada dos trabalhos está marcada para hoje às 13 horas.

A dificuldade em obter quórum na Câmara se deve principalmente à realização de cerimônias de diplomação de governadores e deputados eleitos nos Estados. Esses eventos começaram anteontem e devem se estender até hoje.

A expectativa é pela votação do Orçamento de 2019, que é alvo de disputa entre novos parlamentares e os não reeleitos. Os atuais congressistas querem aprovar logo o Orçamento para garantir suas emendas. Os eleitos querem postergar a apreciação da proposta na esperança de que,

ficando para a próxima Legislatura, consigam emplacar no primeiro ano do novo governo recursos para suas bases.

Se o Orçamento de 2019 for aprovado ainda este ano, os novos eleitos terão poder de destinar recursos apenas na formulação do Orçamento de 2020.

Não aprovar este ano, no entanto, seria péssimo para o próximo governo, na avaliação de Eunício Oliveira – a equipe econômica de Jair Bolsonaro só poderá executar ao mês 1/12 avos das despesas previstas na proposta orçamentária.

"Sem votação do Orçamento, o novo governo não consegue enviar PLNs (alterações por Projetos de Lei do Congresso Nacional)", disse. Segundo Eunício, o governo não vai poder, por exemplo, transferir o Orçamento de secretarias e ministérios que estão sendo fundidas. "É ruim não para esse Congresso, mas para o próximo governo. Sem a aprovação, eles não podem mudar o Orçamento." / CAMILA TURTELLI E IDIANA TOMAZELLI